



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

21/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Veja como ficam os salários com os novos descontos do INSS e do IR

As remunerações dos trabalhadores formais têm o desconto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e, depois, do IR (Imposto de Renda). Como a tabela do IR não foi corrigida pela inflação, o trabalhador terá um desconto maior em seus rendimentos por mais um ano.

Um trabalhador que recebe R\$ 7.000, por exemplo, pagará uma contribuição de R\$ 816,18 ao INSS. O Imposto de Renda será de R\$ 831,19, totalizando R\$ 1.647,37 em descontos. O salário líquido, nesse caso, será de R\$ 5.352,63.

A mudança na tabela de contribuição considera o novo salário mínimo, que em 2022 passou a ser de R\$ 1.212. Além disso, as demais faixas salariais foram reajustadas em 10,16%, que é a inflação de 2021 medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Este também será o índice de reajuste aplicado nas aposentadorias, pensões, auxílios e demais benefícios do INSS acima do piso salarial.

A contribuição previdenciária para trabalhadores com carteira assinada que contribuem pelo teto do INSS será de R\$ 828,39 mensais em 2022, segundo Wagner Souza, pois o valor passa a ser calculado sobre o novo teto do INSS, que passou a ser de R\$ 7.087,22. Ou seja, esse desconto máximo é aplicado até mesmo nos casos em que o funcionário recebe um salário maior.

Após a reforma da Previdência, o cálculo da contribuição previdenciária passou a ser progressivo, ou seja, a cada parcela do salário aplica-se uma alíquota correspondente, que varia de 7,5% a 14%.  
Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de janeiro.

## Governo negocia PEC para zerar impostos sobre combustíveis

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta quinta-feira (20) que negocia a apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para permitir a redução a zero da incidência de tributos federais sobre combustíveis. O texto ainda não foi disponibilizado, mas os alvos da redução seriam a contribuição do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

"Nós temos uma Proposta de Emenda à Constituição, que já está sendo negociada com a Câmara e o Senado, para termos a possibilidade de praticamente zerar os impostos dos combustíveis, o PIS e a Cofins", afirmou durante sua live semanal nas redes sociais. O presidente está no Suriname, onde faz uma visita oficial.

Além dos impostos federais, a comercialização de combustíveis também paga o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual, e por isso, não seria abrangido por uma eventual aprovação da proposta anunciada por Bolsonaro. Com a mudança constitucional, o governo não seria obrigado a compensar a redução dos impostos sobre combustíveis com a elevação de outros tributos, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O governo não deu estimativa sobre quanto custaria zerar os tributos federais sobre os combustíveis.  
Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 21 de janeiro.

## Alta do petróleo e questões climáticas impactam inflação, diz Campos Neto

Em evento promovido pelo Santander, Campos Neto disse que esses fatores já provocaram um pequeno crescimento das expectativas de mercado para a inflação e serão levados em consideração nas análises do Banco Central.

Campos Neto disse que a alta acumulada em 12 meses dos preços monitorados passou de 2,6% em 2020 para 16,9% em 2021. Dentro da variação total de 16,9% no ano passado, ele ressaltou que a maior fatia é de energia elétrica. Excluindo esse fator, o índice cai para 2,2%.

O presidente do BC voltou a dizer que o Brasil tem tido crescimento estrutural baixo e que o mercado vê essa dificuldade.

"Quando você olha as pesquisas, as pessoas esperam que o crescimento estrutural seja menor. Eu acho que isso vem do fato de que, quando você olha para o curto prazo ou mesmo o longo prazo, o Brasil não tem conseguido mostrar capacidade de crescer de forma sustentável", disse. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de janeiro.

## **Inflação deve continuar castigando os mais pobres em 2022**

São Paulo – O auxílio-gás, que começou a ser pago ontem (18) pelo governo federal, no valor de R\$ 52, deve ter pouco impacto no poder de compra das famílias mais pobres. E, de acordo com o Dieese, o preço do botijão deve continuar aumentando ao longo deste ano. Na coluna da entidade no Jornal Brasil Atual, a supervisora de pesquisas do Dieese, Patrícia Costa, alerta que a medida é insuficiente para amenizar a alta de 30% do produto no ano passado e também diante da permanência da inflação em patamares elevados em 2022.

De acordo com a supervisora, o mais efetivo seria o governo interferir no controle de tarifas básicas. “A Petrobras subsidiava o gás por considerar botijão um bem essencial para as famílias. Antes, a companhia absorvia esses aumentos de forma que o consumidor passou vários anos sem ter o reajuste do preço do gás. Mas, agora, para compensar os lucros dos acionistas, o governo dá R\$ 26 por mês como um vale-gás. O que não vai resolver em nada a situação, porque o gás continuará aumentando. E, provavelmente, o aumento que teremos será quase que semelhante à metade desse valor pago”, pontua, em entrevista a Glauco Faria.

Dados divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reforçam que as classes mais baixas acabam arcando mais com os custos da inflação, como já era evidente em itens da cesta básica de alimentos e outros custos, como energia elétrica e o gás de botijão. Já as classes de renda mais alta, segundo o Ipea, foram as que menos sentiram os efeitos da alta nos preços no ano passado, com inflação abaixo dos 10%.

O indicador Ipea de inflação por faixa de renda também apresentou desaceleração na passagem de novembro para dezembro. Mas a única exceção foi justamente a inflação para as famílias de renda muito baixa. Nesse caso, a taxa avançou de 0,65% para 0,74% no período. Os reajustes das carnes (1,04%), frutas (8,6%) e óleos e gorduras (2,2%) foram também os que mais pesaram no bolso dos mais pobres.

“É uma questão da escolha política mesmo que se faz. O governo (Bolsonaro) vem escolhendo dar um vale, em vez de mexer em uma política que poderia beneficiar milhares e milhares de famílias. Isso dá o exemplo de como será 2022. Quer dizer, vamos continuar com o aumento do gás, da energia elétrica e com a exportação de alimentos básicos sem que internamente se tenha uma solução com crescimento econômico, aumento e distribuição de renda e com melhora da vida dos brasileiros”, finaliza Patrícia.

Saiba mais em: Rede Brasil Atual, quinta-feira 20 de janeiro.

## **Ampliação de benefício assistencial trava em falta de regulamentação do governo**

Famílias com renda de um quarto a meio salário mínimo por pessoa —atualmente, R\$ 303 a R\$ 606— ainda recorrem à Justiça para acessar o BPC (Benefício de Prestação Continuada), apesar de o Congresso ter aprovado a ampliação da política justamente para contemplar esse grupo.

O governo Jair Bolsonaro (PL) ainda não regulamentou as novas regras do benefício, que é pago no valor de um salário mínimo (R\$ 1.212) a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Antes, a lei previa o pagamento da ajuda apenas às famílias com renda de até um quarto de salário mínimo por pessoa, o que era frequentemente questionado na Justiça.

O caso foi parar no STF (Supremo Tribunal Federal), que, em 2013, firmou o entendimento de que a renda de um quarto do salário mínimo é insuficiente como critério para medir a vulnerabilidade do cidadão.

Após anos de discussões, a nova lei foi sancionada em junho de 2021, prevendo que os critérios seriam aplicados a partir de 1º de janeiro de 2022.

O Ministério da Cidadania, responsável pela execução do BPC, confirmou que a ampliação do limite de renda mensal para receber o benefício depende do decreto regulamentador.

"Até lá, vale a regra em vigor, ou seja, para acesso ao BPC, a renda por pessoa do grupo familiar deve ser igual ou menor a um quarto do salário mínimo", afirmou a pasta, em nota.

O Ministério do Trabalho e da Previdência disse que os requisitos fiscais para a regulamentação do BPC "serão atendidos com a publicação da MP da Previdência que está em fase de elaboração". A pasta, porém, não estipulou prazos para a adoção das medidas.

Nos bastidores, técnicos do governo lamentam a demora, pois ela pune famílias mais pobres que precisam dos recursos da ajuda governamental e acabam tendo o pedido negado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 21 de janeiro.